

REFLEXÕES NO CAMPO DO CURRÍCULO: A PROPOSTA CURRICULAR COMO INSTRUMENTO DA POLÍTICA CURRICULAR INTEGRADA A UMA POLÍTICA EDUCACIONAL

Paulo Roberto Vieira Júnior¹

Flavia Temponi Goes²

Maria Auxiliadora Monteiro Oliveira³

RESUMO

O objetivo deste texto é refletir acerca da proposta curricular, entendendo-a como um instrumento da política curricular integrada a uma política educacional, na qual se manifestam disputas, em que são problematizadas questões sociais, políticas e econômicas, inseridas em constante campo de tensão e confronto, definidas por relações de poder. Como estratégia para discorrer sobre o tema em questão, utilizou-se revisão bibliográfica. Conclui-se, baseado nas teorizações sobre currículo, que a proposta curricular é o principal veículo no processo de discussão sobre as melhores formas de tornar uma política educacional eficiente e por meio do qual vão se organizar, sistematizar e ordenar os princípios e as finalidades desta política, que, por fim, espera-se, contribua para a formação integral dos sujeitos, tornando-os livres e autônomos, e um tipo de sociedade em que reine a justiça e a igualdade social, em detrimento de uma formação alienante e unicamente propedêutica, voltada para fins econômicos.

Palavras chave: currículo; proposta curricular; política curricular; política educacional

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es reflexionar sobre el plan de estudios, entendiéndola como un instrumento de la política de la política curricular integral educativo, que los conflictos se manifiestan, que se problematiza el campo social, político y económico se inserta en la tensión y la confrontación constante definido por las relaciones de poder. Como estrategia para discutir el tema en cuestión se utilizó revisión de la literatura. Llegamos a la conclusión, sobre la base de las teorías del currículo, el currículo es el vehículo principal en la discusión acerca de las mejores maneras de convertirse en una política eficiente y educativos a través del cual va a organizar, sistematizar y organizar los principios y propósitos de esta política, que en última instancia, espera que contribuya a la formación integral del sujeto, por lo que libre e independiente y un tipo de sociedad en la que reine la justicia y la igualdad social, en detrimento de la formación alienante y se centró exclusivamente, frente a fines económicos.

Palabras clave: currículo, plan de estudios, la política curricular, la política educativa

INTRODUÇÃO

¹ Doutorando em Educação PUC Minas. Docente da Faculdade Pitágoras BH/MG. Universidade Salgado de Oliveira e Fundação Helena Antipoff – Ibirité-MG. paulorassa@yahoo.com.br

² Mestre em Gestão Social e Educação UNA-BH. Docente do Instituto Izabela Hendrix BH-MG. flaviatemponi@hotmail.com

³ Docente do programa de Pós Graduação em Educação da PUC Minas . dorinhapuc@hotmail.com

Sabe-se que as maneiras de se construir um currículo ou uma proposta curricular não estão direcionadas somente para questões referentes a métodos, procedimentos, conceitos, atitudes e técnicas. Elas também incorporam jogos de interesse, relações de poder, disputas por espaços, hierarquias de saberes, problematizações sociológicas, interferências políticas e questões epistemológicas, que comumente perguntam “pelo o ‘por que’ das formas de organização do conhecimento escolar” (MOREIRA; SILVA, 1995, p. 7). Em vista disso, o currículo é um espaço de disputa, no qual o conhecimento incorporado carrega “as marcas indelévels das relações sociais de poder” (SILVA, 2005, p. 147). Assim, pode-se dizer que as análises dessas relações contribuem para o entendimento dos motivos pelos quais opta-se por determinados conhecimentos e disciplinas curriculares que irão compor o currículo escolar. Essas escolhas sofrem influências de várias instâncias: das políticas educacionais nacionais, estaduais e municipais; dos mecanismos de implementação dessas políticas; das perspectivas conceituais que lhes dão base; do entendimento construído e possível daqueles que fazem a gestão dos currículos, em suas diferentes dimensões; dos docentes que vão trabalhar com o currículo em sala de aula, entre outros elementos (MENDES, 1999, MENDES; GOMES, 2008). Baseado nas reflexões sobre o campo do currículo, o objetivo deste artigo é refletir acerca da proposta curricular, entendendo-a como um instrumento da política curricular integrada a uma política educacional.

Em linhas gerais, pode-se dizer que o currículo é um instrumento que resulta na contextualização das práticas pedagógicas escolares; é uma representação dos processos de produção e reprodução do conhecimento, é um documento que orienta, normatiza e organiza as decisões do poder educativo (PACHECO, 2005). Nessa perspectiva, a política curricular simboliza uma ação que legitima as finalidades do currículo escolar, bem como as atitudes administrativas das instâncias superiores, como Ministérios, Secretarias estaduais e municipais e, por que não dizer, das políticas econômicas do país. Com efeito, no movimento entre ação política e currículo, a política curricular aparece como “um processo de seleção e de produção de saberes, de visões de mundo, de habilidades, de valores, de símbolos e significados, portanto, de culturas [com forças] de instituir formas de organizar o que é selecionado” (LOPES, 2004, p. 111), considerando-o legítimo para ser ensinado.

Como diz Sacristán (2000, p. 109) a “política curricular é um primeiro condicionante direto do currículo”, pois pressupõe que as decisões para construí-lo ocorrem, *a priori*, por intermédio das deliberações políticas e administrativas realizadas pelo Ministério e Secretarias de Educação. Com isso, o currículo escrito e oficial que chega às escolas faz parte de um processo complexo, constituído por meio de escolhas, posições e conflitos, expressando – de uma maneira ou de outra – os interesses políticos e econômicos daqueles que o elaboram. Nesse contexto, assim como o autor, entende-se que a política curricular se estabelece como política educativa no momento em que seleciona, estrutura e transforma uma proposta curricular. Contudo, é impossível controlar a autonomia e as interferências que os diferentes envolvidos (gestores estaduais e municipais, professores, sindicatos profissionais e patronais, docentes) exercem sobre o currículo, interferindo na distribuição dos conteúdos, na divisão do conhecimento e no ordenamento dos componentes curriculares.

Nessas circunstâncias, percebe-se que as políticas curriculares, além de representarem as decisões do poder político educacional, são, também, uma política de organização, composição e formação do conhecimento escolar, construído e produzido pela e para a escola, com fins previamente estruturados. Isso significa que as políticas curriculares não sintetizam e não se resumem apenas aos documentos escritos e, oficialmente, instituídos pelo governo, mas agregam “os processos de planejamento, vivenciados e reconstruídos em múltiplos espaços e por múltiplos sujeitos no corpo social da educação” (LOPES, 2004, p. 111).

Tomando-se como base essas premissas, entende-se que, no contexto micro, a política curricular representa a dimensão da prática escolar, em que são definidos os princípios, os objetivos, os projetos educacionais, como, também, são selecionados os conteúdos e as disciplinas curriculares

que direcionam os rumos da escola. Já na dimensão macro, a política educacional encontra-se no plano de legalizar e oficializar as políticas curriculares que são produzidas pelas práticas escolares e que estão esboçadas nas propostas curriculares. Assim, na medida em que se entende a política curricular e a política educacional, no âmbito escolar, como representações do planejamento das ações políticas, administrativas, econômicas e pedagógicas, é possível dizer que ambas são utilizadas como forma de legitimar a organização do plano educacional dos sistemas e das redes de ensino, buscando controlar, de alguma maneira, as ações políticas que são (re) produzidas na escola e (re) contextualizadas no currículo por meio das disciplinas.

Pensar em uma política educacional é entendê-la como instrumento que legaliza e legitima a organização do currículo, entendendo que as disciplinas que compõem o currículo escolar também são meios de (re) produção das ações políticas e econômicas. Tendo como princípio essas argumentações, nesta reflexão, abordam-se as questões que envolvem o currículo, dando especial atenção aos aspectos que estão presentes na formulação de propostas curriculares. Nessa perspectiva, o currículo é considerado um instrumento da política curricular integrada a uma política educacional. Instrumento que, muitas vezes, é caracterizado como proposta curricular e, frequentemente, utilizado pelos diferentes agentes educacionais como meio de expressarem seus interesses e suas posições políticas acerca da educação e o tipo de sociedade que se quer formar ou perpetuar.

O currículo: reflexões acerca de alguns de seus componentes

O currículo tornou-se, ao longo do século XX, um campo de estudo e pesquisa (MOREIRA; SILVA, 1995). Nessa trajetória, em especial, a partir dos anos setenta, questionamentos, relacionados ao poder, à ideologia, à cultura e, mais recentemente, à seleção de conteúdos, à hierarquia dos saberes escolares, à interdisciplinaridade, dentre outros, vêm sendo abordados. A partir da Nova Sociologia da Educação (NSE), o currículo é desnaturalizado, dando ênfase ao seu “caráter histórico, social, contingente, arbitrário” (SILVA, 2005, p. 66). O currículo e o conhecimento escolar passam a ser vistos “como invenções sociais”, resultantes “de um processo envolvendo conflitos e disputas” sobre a seleção de quais conteúdos estarão presentes no currículo escolar (idem, p. 67). Dessa maneira, analisar as questões que envolvem o currículo passa pela investigação do modo como o saber “é organizado e transmitido pelos programas escolares” e direcionado às novas gerações (YOUNG, 1982, p. 151).

Para discutir o currículo escolar que vem sendo apresentado às novas gerações, estudiosos da área têm se esforçado para desenvolver pesquisas que apresentem novas teorizações para compreender melhor as práticas curriculares (MOREIRA, 2007), mostrando que o currículo é um espaço/lugar de “encontro e produção das diferenças” (MORTIMER; OLIVEIRA; PARAÍSO, 2007, p. 9). Além disso, é válido ressaltar que a elaboração de um currículo escolar não é feita de maneira pacífica e tranquila, mas, sim, em meio a conflitos e contradições. O currículo, sendo um artefato sociocultural associado à “estruturação e organização da sociedade e da educação”, encontra-se diretamente ligado a relações de poder, repassando “visões sociais interessadas e [possuindo] vínculos estreitos com o[s] processo[s] de formação de identidades particulares”. No currículo, “o poder se manifesta em relações de poder, isto é, em relações sociais em que certos indivíduos ou grupos estão submetidos à vontade e ao arbítrio de outros” (MOREIRA; SILVA, 1995, p. 8).

Com base nessas questões que envolvem o currículo, pode-se afirmar que ele é, também, “resultado de uma seleção” de conteúdos para as novas gerações. Seleção que, muitas vezes, sofre influências dos interesses da sociedade, dos aspectos socioculturais, das relações de poder, enfim, “de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes”, no qual se seleciona “aquela parte que vai constituir, precisamente, o currículo”. Nele, nenhum conhecimento pode ser considerado neutro,

apenas técnico ou desinteressante, mas, deve, sim, estar, necessariamente, envolvido em relações de poder (SILVA, 2005, p. 15).

O currículo ganha, assim, maior destaque e importância, representando o objeto fundamental na construção de práticas pedagógicas que se contextualizam e se consolidam em propostas curriculares. Consequentemente, constitui espaço de disputas e conflitos, no qual as relações de poder são mantidas evidenciadas ou não, determinando os objetivos, os conteúdos, a metodologia e a avaliação, bem como o tipo de aluno que o currículo procura formar. Partindo desses princípios, não se pode negar que a elaboração do currículo, em relação às disciplinas escolares, está pautada em aspectos internos e externos às escolas e aos sistemas dos quais elas fazem parte. Segundo Santos (1990, p. 21), os primeiros aspectos se referem “às próprias condições de trabalho da área” e os segundos estão condicionados “à política educacional e ao contexto econômico, social e político”, como também à tradição cultural da comunidade local. Tais aspectos abrem espaços para as possíveis discussões direcionadas aos motivos e às suposições que determinam as inclusões e exclusões dos diferentes conteúdos e disciplinas que farão parte do currículo escolar.

Nessa mesma direção, entende-se que boa parte da teoria curricular mostra que um currículo se constrói com base em conhecimentos considerados relevantes para a formação das novas gerações. Nesse sentido, o currículo é constituído de diferentes saberes que são selecionados em uma vasta gama de possibilidades de conteúdo. Além disso, sem sombra de dúvida:

[...] o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares. O currículo não é um elemento transcendente e atemporal – ele tem uma história, vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação (MOREIRA; SILVA, 1995, p. 8).

Tomando como referência esses apontamentos, pode-se afirmar que existem, no currículo, interesses sociais específicos para sua elaboração. Assim, todas essas questões estão presentes em várias dimensões do currículo, seja ela qual for⁴. Neste artigo, interessa refletir acerca da proposta curricular, entendendo-a como um instrumento da política curricular integrada a uma política educacional.

Parte-se do princípio que essa proposta nos “proporciona um testemunho, uma fonte documental, um mapa do terreno sujeito a modificações; constitui também um dos melhores roteiros oficiais para a estrutura institucionalista da escolarização” (GOODSON, 1995, p. 21). Nesse sentido, o currículo escrito, sendo uma “prova visível, pública e autêntica da luta constante que envolve as aspirações e objetivos de escolarização” (idem, p. 17), mostra conflitos que permitem aprofundar as análises aqui propostas.

Uma proposta oficial de currículo deverá representar uma política educacional simbolizada por um documento que legitime as ações políticas, que contenha a organização curricular de determinada rede de ensino, em que haja a descrição da formação do aluno que se pretende. A partir disso, espera-se que os conteúdos selecionados e apontados em uma proposta de currículo sejam capazes de dar todo o suporte necessário para que se melhore a qualidade do ensino nas escolas. Assim, poder-se-á dizer que a política educacional visa controlar uma suposta qualidade na educação que possibilitará aos alunos melhores condições de vida, tornando-os cidadãos conscientes e (co) responsáveis pelas transformações sociais, desenvolvendo sua capacidade crítica e autônoma.

⁴ Estudiosos do campo do currículo argumentam que o currículo pode ser classificado em dimensões: currículo oficial, currículo formal, (ambas assumem formas escritas), currículo em ação ou real, currículo oculto, currículo vazio, entre outras (SANTOS; PARAÍSO, 1996).

Diante dessas colocações, percebe-se, mais uma vez, a relevância da produção do currículo como parte de uma política educacional. Tratando-se da política curricular, a produção do currículo, nessa estrutura, implica: organizar, sistematizar e contextualizar práticas da cultura escolar; constituir-se como uma proposta eficiente e eficaz na inclusão social e no desenvolvimento do aluno; criar um espaço de diálogo entre os diferentes saberes escolares, que deverá materializar o compromisso dos agentes educacionais em oferecer uma educação de qualidade, dentre outros. Todavia, uma política educacional deverá atentar em: promover melhores condições e métodos para o ensino-aprendizagem, como, também, estar voltada para o atendimento das necessidades impostas pelo contexto educacional local. Necessidades que se referem: ao desenvolvimento de ações pedagógicas que promovam a interação entre práticas e metodologias socioeducativas; às soluções de problemas de origem pedagógica; ao aprimoramento de medidas que fazem avançar os projetos curriculares; ao aperfeiçoamento das estratégias sugeridas pelos gestores e outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, por meio dessas reflexões sobre o campo do currículo, foi possível analisar que as propostas curriculares inseridas na política curricular são elementos fundamentais para compreender as intenções e a materialização das políticas educacionais dos sistemas e redes de ensino. Além disso, pode-se afirmar que as propostas curriculares são o principal veículo no processo de discussão sobre as melhores formas de tornar a política educacional mais eficiente. Por fim, espera-se que as propostas curriculares contribuam para organizar, sistematizar e ordenar os princípios e as finalidades de determinada política educacional, e, que além disso, possam auxiliar a identificação das categorias problematizadas, atender aos objetivos propostos, contribuir para a formação de sujeitos críticos, inseridos numa sociedade mais justa, em detrimento de um tipo de formação alienante e unicamente direcionada para fins propedêuticos e econômicos.

REFERÊNCIAS

- GOODSON, Ivor. *Tornado-se uma matéria acadêmica: padrões de explicação e evolução*. Teoria e educação, n. 2, p. 230-254, 1992.
- LOPES, Alice Casimiro. Políticas Curriculares: continuidade ou mudança de rumo? *Revista Brasileira de Educação*. n 26, p. 109-118, mai/ago. 2004.
- MENDES, Cláudio Lúcio. *A reforma curricular do curso de educação física da UFMG: relações de poder, atores e seus discursos*. Belo Horizonte, 1999. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, UFMG, Belo Horizonte, 1999.
- MENDES, Cláudio L.; GOMES, Paola Luzia. Reforma e mudança nos currículos do curso de educação física: para além do senso comum. In: II Congresso Internacional Cotidiano: diálogos sobre diálogos, 2008, Rio de Janeiro. Diálogos sobre diálogos, 2008.
- MOREIRA, Antônio Flávio B; SILVA, Tomaz Tadeu da. Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução. In: _____. *Currículo, cultura e sociedade*. São Paulo: Cortez, p. 7-37, 1995.
- MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. O campo do currículo no Brasil: os anos noventa. *Currículo sem fronteiras*, v. 1, n. 1, pp. 35-49, jan/jun 2001.
- MORTIMER, Eduardo Fleury; OLIVEIRA, Bernardo Jefferson; PARAÍSO, Marlucey Alves. Editorial. *Educação em Revista*. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais. FaE, n. 45, jun. 2007.
- PACHECO, José Augusto. *O lado político: Políticas curriculares e políticas educativas e Referenciais conceptuais das políticas curriculares*. In: _____. Políticas Curriculares. Porto, Portugal: Porto Editora, 2005.

SACRISTÁN, José Gimeno. *O Currículo, uma reflexão sobre a prática*. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANTOS, Lucíola Licínio C. P. e PARAÍSO, Marlucy A. Dicionário de currículo. *Presença Pedagógica*, v. 2, n. 7, p. 82-84, jan./fev. 1996.

SANTOS, Lucíola Licínio C. P. História das disciplinas escolares: perspectivas de análise. *Teoria e Educação*. Porto Alegre, n.2, p. 21-29, 1990.

SILVA, Simone M. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 2. ed. 9ª reimp. 156 p. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

YOUNG, Michael F. D. Uma abordagem do estudo dos programas enquanto fenômenos do conhecimento socialmente organizado. In: GRÁCIO e STOER (Orgs.) *Sociologia da Educação II*. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.